

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 6 DE AGOSTO DE 2014

NÚMERO 6.723

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Daniel Tozzo
Paulo França
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Ciro Roza
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Daniel Tozzo
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Daniel Tozzo
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Ciro Roza
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Paulo França
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Paulo França
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa2</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões3 Permanentes3 Aviso de Resultado3 Ofícios3 Portarias 10 Projetos de Conversão em Lei 12 Projetos de Lei14 Projeto de Lei Complementar 15</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 405, de 6 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1142/2014,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

ATRIBUIR ao servidor **PAULO ROBERTO HERBST**, matrícula nº 1540, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-41, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-41 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 22 de maio de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 406, de 6 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0485/2014,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,*

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **MANOEL RENATO BACK**, matrícula nº 843, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-67, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 80,83%(oitenta vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança FC-5; 5%(cinco por cento) do valor da função de confiança FC-3, mediante substituição de 45,83% (quarenta e cinco vírgula oitenta e três por cento), concedida através da Res. nº 247, de 30/3/1988, totalizando 100%(cem por cento);

b) 60% (sessenta por cento) do valor equivalente a FC-3 como gratificação de exercício; totalizando 60% (sessenta por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e do Ato de dispensa da Comissão Legal.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 407, de 6 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1447/2014,

RESOLVE: *com fundamento no artigo 18, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

AUTORIZAR o afastamento de exercício, da servidora **MARIVANIA PIZZI**, matrícula nº 6307, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, habilitação/Operador de TV, código PL/TEL-29, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para cursar o Mestrado em Administração Pública do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, com duração de dois anos, a contar de 1º de agosto de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia cinco de agosto do ano de dois mil e quatorze, na Comissão de Educação Cultura e Desporto, sob a Presidência do Deputado Antonio Aguiar, amparado no artigo 123, parágrafo 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: **Luciane Carminatti, Silvio Dreveck, Ismael dos Santos, Sargento Amauri Soares, Carlos Chiodini**. Dando início aos trabalhos, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada. A seguir, o Presidente passou a palavra para a **deputada Luciane Carminatti**, que apresentou parecer ao Projeto de Lei de nº 0604.1/2013, que foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente passou a palavra para o **deputado Ismael dos Santos** que relatou: o Projeto de Lei de nº 0179.5/2014 e o Of. nº 0251.3/2014, que foram aprovados por unanimidade. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado **Sargento Amauri Soares**, que apresentou seguintes pareceres: Of. nº 0235.3/2014, Of. nº 0093.7/2014, que foram aprovados por unanimidade. A seguir, o presidente apresentou os seguintes pareceres: Of. nº 0379.7/2014, Of. nº 0432.6/2014, Of. nº 0318.5/2014, que foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 05 de agosto de 2014.

Deputado Antonio Aguiar
Presidente

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Reno Caramori, Sargento Amauri Soares, Daniel Tozzo, Paulo França e Marcos Vieira, para realização de reunião extraordinária convocada pelo Presidente. Aberto os trabalhos o Deputado Presidente, colocou em discussão a Ata da Quinta Reunião Ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Dando sequência, o Presidente submeteu para votação os pareceres pela aprovação, dos Projetos de Lei nºs PL./0114.0/2014, que denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan o trecho da Rodovia SC-446 compreendido entre a Avenida Centenário no município de Criciúma, até o acesso da BR-101 no município de Içara e PL./0109.2/2014, que denomina Rodovia Nasareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o município de Rio Rufino e o município de Urupema (entroncamento SC-370), ambos de autoria do Deputado Altair Guidi, relatados pelo Deputado Reno Caramori. Os pareceres foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, para constar eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, seis de agosto de dois mil e quatorze.

Deputado Reno Caramori
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1242/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 015/2014 2ª REP, obteve o seguinte resultado: **OBJETO: ITEM 02 -MULTIFUNCIONAL PARA ÁGUA E HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, PARA A COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO DA ALESC.**

Restou deserto.

Florianópolis, 06 de agosto de 2014

JOÃO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN

PREGOEIRO

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 503/14

Blumenau, 24 de julho de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Esportiva Recreativa Itoupava Alta, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Gunar Glau
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 504/14

Ofício nº 21/2014

Apiúna, 25 de Julho de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Apiúna, referente ao exercício de 2013.

Noemi de O. G. Neves
Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 505/14

Ofício nº 064/2014

Criciúma, 24 de Julho de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Educação Especial Freitas da Sociedade Pestalozzi de Criciúma, referente ao exercício de 2013.

Maria Inês Conti Victor
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 506/14

Of. nº APAE 82/2014

Lauro Muller, 24 de Julho de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Lauro Müller, referente ao exercício de 2013.

Valdoir José Vitório
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 507/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, em Blumenau, referente aos exercícios de 2012 e 2013.

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 508/14

Blumenau, 11 de Junho de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí (AFISVALE), em Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Luis Carlos Cenzi Rebellato
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 509/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Catanduvas, referente ao exercício de 2013.

Emílio Albanil Rodrigues
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 510/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 511/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Itapiranga, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 512/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Treze de Maio, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 513/14

Of. nº 73/2014 Monte Castelo, 09 de Julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Monte Castelo, referente ao exercício de 2013.

Dircélia P. Lisboa
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 514/14

Ofício 076/2014 Rio Negrinho, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Negrinho (APAE), de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2013.

Pedro Latocheski
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 515/14

Ofício nº 63/APAE Paulo Lopes, 15 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Lopes, referente ao exercício de 2013.

Robélia Cristina de Moraes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 516/14

Ofício C nº 0040/2014 Ouro Verde, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Verde, referente ao exercício de 2013.

Vespertim Rodrigues da Luz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 517/14

Ofício nº 011/2014 Navegantes, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes, referente ao exercício de 2013.

Sarita Bernadete Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 518/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bom Jardim da Serra, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 519/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapoá, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 520/14

OF. Nº 186/14 Itajaí, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Itajaí, referente ao exercício de 2013.

Antonio Eduardo Sotopietra
Diretor Financeiro

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 521/14

Ofício nº 002/2014 Campo Alegre, 11 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Clube do Bagaço, de Campo Alegre, referente ao exercício de 2013.

Edgar Greffin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 522/14

Blumenau, 11 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Casa de Apoio, de Blumenau, referente aos exercícios de 2012 e 2013.

Adriana Kreibich da Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 523/14

Ofício IEI - 067/2014 Itajaí, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel, de Itajaí, referente aos exercícios de 2012 e 2013.

Lilian Regina Terres Moroso
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 524/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba, referente aos exercícios de 2012 e 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 525/14

Blumenau, 08 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Coral Santa Cecília, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Eligia Westarb
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 526/14

Blumenau, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Cultural Blumenau Karatê DO, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Vanderlei Machado de Oliveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 527/14

Blumenau, 03 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Casa São Simeão, de Blumenau, referente aos exercícios de 2012 e 2013.

Maria Cecília de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 528/14

Blumenau, 08 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Clube de Caça e Tiro Badenfurt, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Maike Freya Buse
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 529/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bocha Indaial, referente ao exercício de 2013.

Ademir Packer
Diretor

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 530/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública das Obras Sociais e Culturais da Paróquia de Itajaí referente ao exercício de 2013.

Pe. Marcio Alexandre Vignolli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 531/14

Ofício nº 001
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Monte Sinai, de Meleiro, referente ao exercício de 2013.

M. de Fatima T. Casagrande
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 532/14

CE - 009/2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense (GTCC), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Fernando J. Seabra Vale-Rêgo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 533/14

Ofício nº 018/14
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Protetora dos Animais Desamparados (APAD), de Rio do Sul, referente ao exercício de 2013.

Maria Cristina Leopoldino de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 534/14

Palhoça, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Lions do Distrito LD-9, de São José, referente ao exercício de 2013.

Isnardo Luis Brant
Diretor Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 535/14

Joinville, 02 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Hercilio Alexandre da Luz Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 536/14

Ofício nº 081/2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico-Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, referente ao exercício de 2013.

Nestor Borosi
Gerenciador

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 537/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Núcleo Castor (Estudos e Atividades em Existencialismo), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Ana Claudia de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 538/14

Florianópolis, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Angelino Rosa, de Governador Celso Ramos, referente ao exercício de 2013.

Erichson Estueber
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 539/14

Of/R FCC/084/2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, referente ao exercício de 2013.

Santina Damásio Alexandrino
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 540/14

OF 060/2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social de Santa Catarina, em Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Débora Lis Trebien
Coordenadora de Projetos

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 541/14

Of nº 047/ 2014/ADM / ADEVOSC
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina (ADEVOSC), em Chapecó, referente ao exercício de 2013.

Odacir da Silveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 542/14

Joaçaba, 14/07/2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Bom Samaritano (ABBS), de Joaçaba, referente ao exercício de 2013.

Antonio Cordeiro
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 543/14

Ofício nº 06/2014 Lages, 21 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários e Voluntários, em Lages, referente ao exercício de 2013.

Osmar Dematé
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 544/14

Ofício nº 052/2014 Ipira, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipira (APAE), referente ao exercício de 2013.

Walmi Catarina Griebeler
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 545/14

Ituporanga, 16 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Abrigo Mão Amiga (AMA), de Ituporanga, referente ao exercício de 2013.

Claudio Alfien
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 546/14

Of. nº 22/2014 Tunápolis, 22 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis (AEST), em Tunápolis, referente ao exercício de 2013.

Maikel Frey
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 547/14

Ofício nº 017 Indaial, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Recreio Cultural Tapajós (ARCUT), de Indaial, referente ao exercício de 2013.

Heinz Peddinghausen
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 548/14

Joinville, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Assistência Social Paraíso (GASP), de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Odinéia da Silva da Veiga
Auxiliar Administrativo

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 549/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social Santo Antonio de Itapema (ASAI), de Itapema, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 550/14

ABCC OF. Nº 02/2014 Canoinhas, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Canoinhas, referente ao exercício de 2013.

Osmar Niceto Fuck
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 551/14

São Francisco do Sul, 15 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Porta do Sol de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2013.

Silvia Breis
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 552/14

Ofício 107/2014 - ABCG Gaspar, 30 de junho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Gaspar, referente ao exercício de 2013.

Jorge Luis Dellarosa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 553/14

Porto União, 16 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Colméia Instrutiva, de Porto União, referente ao exercício de 2013.

Antonio Felipe Seroiska
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 554/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Moradores e Amigos Primavera (AMAP), de Mafra, referente ao exercício de 2013.

Francisco da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 555/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública O Grito - Cia de Teatro, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Leandro de Assis
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 556/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Funcionários do Centro de Educação Pré-Escolar Amiguinho Feliz, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Jeniffer J. F. Oliveira
Administradora Financeira

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 557/14

OF. Nº 103/SSO/2014 Blumenau, 09 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Blumenauense de Amparo aos Menores, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Mariene Lourenço
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 558/14

OF. ADM 033/2014 Três Barras, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hospitalar de Três Barras, referente ao exercício de 2013.

Luiz Alberto Jenzura
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 559/14

Blumenau, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Amigos do 23º Batalhão de Infantaria, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.
Odilon Tadeu Dalla Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 560/14

Ofício nº 007/2014 Navegantes, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Paradesportiva de Navegantes, referente ao exercício de 2013.
Leander Barbosa de Oliveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 561/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Horus Faculdades de Ensino, Pesquisa, Tecnologia e Projetos Socioculturais, de Pinhalzinho, referente ao exercício de 2013.
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 562/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano, em Lages, referente ao exercício 2013.
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 563/14

Ponte do Imaruim, 15 de abril de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade João Paulo II, de Palhoça, referente ao exercício de 2013.
Gervasio Manoel de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 564/14

Ofício nº 045/2014 Campo Belo do Sul, 23 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Serviços Sociais Voluntários, de Campo Belo do Sul, referente ao exercício de 2013.
Antonio Lourival Marques Cardoso
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 565/14

Blumenau, 2 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Sorrir para "Down", de Blumenau, referente ao exercício de 2013.
Wilson Júlio Rosa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 566/14

Ofício nº 110/2014 Rancho Queimado, 28 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Cidade da Esperança, de Rancho Queimado, referente ao exercício de 2013.
Luciano Pereira Paiva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 567/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Abraço Fraternal, de Garopaba, referente ao exercício de 2013.
Targino Henrique de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 568/14

Ofício nº 012/2014 Florianópolis, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Lar Fabiano de Cristo - Casa Rodolpho Bosco, em Florianópolis, referente ao exercício de 2013.
Ana Lúcia Caetano Christofoli
Supervisora

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 569/14

Biguaçu, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Liga dos Gincaneiros de Biguaçu, referente ao exercício de 2013.
Breno Celio da Silva
Tesoureiro

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 570/14

Ofício nº 217/2014 Balneário Camboriú, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Redenção, de Camboriú, referente ao exercício de 2013.
Alceu Daud de Mello
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 571/14

Ofício nº 41/2014-A Balneário Piçarras, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piçarras, referente ao exercício de 2013.
Maria Inez Lucca
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 572/14

Balneário de Barra do Sul, 31 de dezembro de 2013
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2013.
Elias Silveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 573/14

Ofício nº 049/OCA/12/SIL São José, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Orionópolis Catarinense, de São José, referente ao exercício de 2013.
José Manuel dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 574/14

Ofício nº 018/BC/2014 Porto União, 11 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, referente ao exercício de 2013.
Luiz Alberto Pasqualin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 575/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Canelinha, referente ao exercício de 2013.

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 576/14

Ibirama, 02 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama, referente ao exercício de 2013.

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 577/14

Palhoça, 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Terapêutica El Shaddai, de Palhoça, referente ao exercício de 2013.
Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 578/14

Ofício nº 0015/14 Itajaí, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Deficientes Físicos da Foz do Itajaí, em Itajaí, referente ao exercício de 2013.
José Augusto Meier Gochinski
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 579/14

Ofício nº 059/2014 Iporã do Oeste, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Hospitalar e Beneficente Nossa Senhora das Mercês de Iporã, de Iporã do Oeste, referente ao exercício de 2013.

Almir Z. Trevisan
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 580/14

Blumenau, 01 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Fritz Muller, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Everaldo Artur Grahl
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 581/14

Ofício nº 117/2014 Criciúma, 03 de julho de 2014
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional de Criciúma, referente ao exercício de 2013.

Prof. Dr. Gildo Volpato
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 582/14

Blumenau, 11 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Blumenauense de Estudos Têxteis, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Carlos Udelson Zagolin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 583/14

Ibirama, 09 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hansahoehe, de Ibirama, referente ao exercício de 2013.

Néri Moretti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 584/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista do Toldo, referente ao exercício de 2013.

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 585/14

Ofício nº 058/2014 Modelo, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Hospitalar Beneficente de Modelo, referente ao exercício de 2013.

Gildo Battisti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 586/14

Ofício nº 082/2014 São José do Cedro, 04 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente, Social, Educacional e Cultural Aprisco, de São José do Cedro, referente ao exercício de 2013.

Marcos Cesar Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 587/14

Florianópolis, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Assistência Social São Luiz, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Sérgio Rubens Cidade
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 588/14

São Lourenço do Oeste, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, referente ao exercício de 2013.

Nelso Luiz Moresco
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 589/14

Blumenau, 11 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Blumenauense de Deficientes Físicos (ABUDEF), de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Maria Helena Mabba
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 590/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Sócio Ambiental Adelina Clara Hess de Souza, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 591/14

Rio do Sul, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Osny José Gonçalves, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2013.

Rubens Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 592/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Ituporanguense de Judô, de Ituporanga, referente ao exercício de 2013.

José Agostinho Jacomelli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 593/14

Governador Celso Ramos, 23 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Senhora de Lourdes, de Governador Celso Ramos, referente ao exercício de 2013.

Lisandra Pereira Alves
Diretora Geral

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 594/14

CE-031/14 Mafra, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comercial e Industrial de Mafra e Rio Negro, em Mafra, referente ao exercício de 2013.

Juciliana Zeczkowski
Executiva

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 595/14

Saudades, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar Beneficente de Saudades, referente ao exercício de 2013.

Celito Jose Werlang
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 596/14

Blumenau, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Recuperação Nova Esperança (CERENE), de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Marcos Edwin Mey
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 597/14

Ofício nº 015 Florianópolis, 11 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Casa dos Girassóis, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Ivete Maria Hosten Rabello
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 598/14

Blumenau, 11 de junho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau (CDL), referente ao exercício de 2013.

Paulo César Lopes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 599/14

Blumenau, 11 de junho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

José Silvio Peres
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 600/14

OF. Nº 001/2014 Videira, 14 de julho de 2014.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Videira, referente ao exercício de 2013.

Robisson Carlos Krassmann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 601/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Proprietários, Possuidores e Interessados em Imóveis nos Municípios de Araquari e da Região Norte/Nordeste de Santa Catarina, Pretendidos para Assentamento Indígena (ASPI), em Araquari, referente ao exercício de 2013.

Geovane Demarchi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 602/14

Carta Nº 099/2014 Florianópolis, 16 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social na Grande Florianópolis, em Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

João Alfredo Campos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 603/14

Ofício nº 0089/2014 Major Vieira, 15 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Major Vieira, referente ao exercício de 2013.

Vanda M. M. Sudoski
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 604/14

Ofício nº 020/2014 Florianópolis, 16 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Regina Maria Florian Petry
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 605/14

Ofício nº 034/2014/APAE/ER Entre Rios, 15 de junho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Entre Rios, referente ao exercício de 2013.

Artêmia Biasi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 606/14

Ofício nº 037/2014 Iporã do Oeste, 16 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iporã do Oeste, referente ao exercício de 2013.

Oberti Frantz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 607/14

Ofício nº 22/2014 Caibi, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Beneficente São José, de Caibi, referente ao exercício de 2013.

Ironês Mariotto Bianchini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 608/14

Ofício nº 029/2014 Blumenau, 10 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Assistencial Lar Betânia, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Orlando Mattos Júnior
Procurador

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 609/14

Of. nº 14/14 Rio Negrinho, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2013.

Maria Amélia Viana Tramontini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 610/14

Ofício nº 090/2014 Ipira, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente Piratuba, de Piratuba, referente ao exercício de 2013.

Roque de Simas
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 611/14

Ofício 013 - 2014 São José, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José (ASAPREV), referente ao exercício de 2013.

João Osmar Quadros Pacheco
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 612/14

Ofício 005/201 Biguaçu, 16 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Biguaçu (ABCQB), referente ao exercício de 2013.

Luciano Manoel Machado
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 613/14

Ofício nº 045/2014 São João do Oeste, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Assistência e Educação São João, de São João do Oeste, referente ao exercício de 2013.

Paulo Valmor Rech
Superintendente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 614/14

Ponte do Imarum, 15 de abril de 2014
Solicita a alteração da Lei nº 6.971, de 1987, que declara de utilidade pública a Sociedade João Paulo II, de Palhoça.

Gervásio Manoel de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 615/14

Ofício nº 19/2014 São João Batista, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Olindina Kammer, de São João Batista, referente ao exercício de 2013.

Marli Terezinha Pêra Mazera
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 616/14

Florianópolis, 26 de maio de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente São Dimas (ASBEDIM), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Leila T. M. Pivatto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 617/14

Ofício nº 001/2014 Florianópolis, 16 de julho de 2014
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Florianópolis, referente aos exercícios de 2012 e 2013.

Charles Schnorr
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 618/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Casa do Adalto - Apoio às Crianças e Adolescentes com Neoplasia, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1607, de 6 de agosto de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LEILA ROSALINA GUSEN ECKER**, matrícula nº 7360, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Moacir Sopelsa).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1608, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SHEILA AVILA FERREIRA DA CUNHA, matrícula nº 7438, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig - Governador Celso Ramos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1609, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **THIAGO PEREIRA FERNANDES**, matrícula nº 7437, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2014 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1610, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCIO PATRICIO XAVIER**, matrícula nº 7448, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2014 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1611, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JOANE MACHADO**, matrícula nº 6895, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2014 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1612, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JAIRO ALCIONEU DUARTE**, matrícula nº 5450, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2014 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1613, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DIEGO GIL MARQUEZ MATOS**, matrícula nº 7291, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2014 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1614, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JOCYLENE SANTOS VELHO, matrícula nº 6258, de PL/GAB-64 para o PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1615, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CAMILA BORNHAUSEN DOS SANTOS, matrícula nº 7488, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1616, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JANICE DE AZEVEDO NEVES, matrícula nº 6437, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1617, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ISABEL BAMPI DE SOUZA, matrícula nº 3142, de PL/GAB-72 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1618, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VALDIR SMAEL CARVALHO, matrícula nº 7542, de PL/GAB-35 para o PL/GAB-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1619, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor MANOEL JOAO MARTINS FILHO, matrícula nº 7141, de PL/GAB-58 para o PL/GAB-87, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Paulo França).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1620, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VALMIR ROSA CORREIA**, matrícula nº 3733, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Paulo França).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1621, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SAULO WEISS**, matrícula nº 7343, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Paulo França).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1622, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIS CARLOS DUNCKE**, matrícula nº 7334, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Agosto de 2014 (Gab Dep Paulo França).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1623, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EKESIA CARMELITA DE SOUZA, matrícula nº 7477, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Paulo França - Biguaçu).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1624, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIVANA ISABEL DA SILVA HUGEN para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Palhoça).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1625, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

INCLUIR na Portaria nº 1401, de 17 de julho de 2014 a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, em substituição à servidora ADRIANA LAUTH GUALBERTO, matrícula nº 775, que solicitou seu afastamento.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1626, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1767/2014,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora ALESSANDRA FELICETTI PEROSA, matrícula nº 7486, fazendo constar como sendo **ALESSANDRA FELICETTI PEROSA GUESSER**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório Trindade - 4º Subdistrito da Capital.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1627, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **SILVIA RIBAS DE MIRANDA RAMOS**, matrícula nº 2213, na DF - Coordenadoria de Prestação de Contas, a contar de 01 de agosto de 2014.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1628, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 1º de agosto de 2014.

Gab. Dep. Nilso José Berlanda

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7086	WILSON YUJI GOTO JUNIOR	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1629, de 6 de agosto de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 1º de agosto de 2014.

Gab. Dep. Joares Ponticelli

Matrícula	Nome do Servidor
7669	MICHELE RODRIGUES GABRIEL

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE CONVERSÃO EM LEI**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 00195, DE 03 DE ABRIL DE 2014.**

Fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências.

Art. 1º O Valor Referencial de Vencimento (VRV) a que se refere o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 7 de abril de 2006, fica fixado em R\$ 304,22 (trezentos e quatro reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º Fica fixado em R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos) o valor unitário do auxílio-alimentação dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Art. 3º Os valores fixados por esta Lei absorvem eventuais reajustes que vierem a ser concedidos, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento da UDESC.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 7 de abril de 2014.

Sala da Comissão,
Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 196/2014, DE 04 DE ABRIL DE 2014.

“Institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências”.

Art. 1º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Ambiental, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Ambiental de que trata a Lei Complementar nº 329, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Fundação do Meio Ambiente (FATMA).

Art. 2º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão de Transportes e Terminais, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão de Transportes e Terminais ou de Agente Fiscal de Transportes de que trata a Lei Complementar nº 354, de 25 de abril de 2006, lotados e em efetivo exercício no Departamento de

Transportes e Terminais (DETER) ou na Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE).

Art. 3º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Portuária, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Portuária de que trata a Lei Complementar nº 332, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Administração do Porto de São Francisco do Sul (APFS).

Art. 4º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão de Infraestrutura, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão de Infraestrutura de que trata a Lei Complementar nº 330, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício no Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) ou na SIE.

Art. 5º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão de Registro Mercantil, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão de Registro Mercantil de que trata a Lei Complementar nº 331, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Art. 6º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Governamental, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Governamental de que trata a Lei Complementar nº 325, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Art. 7º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Pública, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Pública de que trata a Lei Complementar nº 327, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Secretaria de Estado do Planejamento (SPG).

Art. 8º O valor mensal das retribuições financeiras de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei fica estabelecido no valor igual ao produto entre o menor vencimento fixado para o Quadro Único da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, vigente na data de publicação desta Lei, e o multiplicador 3,655 (três inteiros e seiscentos e cinquenta e cinco milésimos).

§ 1º O valor resultante do disposto no *caput* deste artigo observará a seguinte proporção:

I - 100% (cem por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Superior;

II - 60% (sessenta por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Médio;

III - 30% (trinta por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Fundamental; e

IV - 20% (vinte por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Fundamental - anos iniciais.

§ 2º Aplica-se o disposto no inciso I do § 1º deste artigo ao servidor ocupante do cargo efetivo de Advogado Fundacional ou Advogado Autárquico, lotado e em efetivo exercício em cada um dos órgãos de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º desta Lei.

§ 3º O valor das retribuições financeiras de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei:

I - não constitui base de cálculo de qualquer outra vantagem, a qualquer título, exceto gratificação natalina e terço constitucional de férias; e

II - é calculado de forma proporcional à carga horária e aos proventos da aposentadoria.

Art. 9º Os efeitos financeiros decorrentes das retribuições de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei serão implementados parceladamente, observado o seguinte cronograma:

I - 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de setembro de 2014;

II - 50% (cinquenta por cento) a partir de 1º de março de 2015;

III - 75% (setenta e cinco por cento) a partir de 1º de setembro de 2015; e

IV - 100% (cem por cento) a partir de 1º de março de 2016.

Parágrafo único. Os percentuais estabelecidos nos incisos deste artigo não são cumulativos.

Art. 10. O disposto nos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei aplicam-se aos inativos e aos pensionistas respectivos

com direito à paridade em seus benefícios, nos termos da Constituição da República.

Art. 11. A vantagem instituída pelo art. 3º da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009, é devida aos servidores de que trata o Anexo I da Lei Complementar nº 489, de 19 de janeiro de 2010.

Art. 12. A vantagem de que trata o art. 27 da Lei Complementar nº 605, de 18 de dezembro de 2013, é devida aos servidores de que trata o Anexo II-E da Lei Complementar nº 352, de 25 de abril de 2006 a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 13. Fica estendida, a partir de 1º de maio de 2014, aos servidores ocupantes da competência de médico, lotados e em efetivo exercício em centros cirúrgicos, conforme definido em ato do Chefe do Poder Executivo, a gratificação de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 369, de 27 de dezembro de 2006.

Art. 14. O valor variável da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), código 01-0371-01 do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), pago aos servidores ativos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, na competência de médico, inclusive aos admitidos em caráter temporário nessa função, fica acrescido do percentual de 50% (cinquenta por cento), a contar de 1º de janeiro de 2015, observados os níveis de pontuação estabelecidos no § 3º do art. 5º da Lei nº 16.160, de 7 de novembro de 2013.

Art. 15. Fica instituída gratificação especial aos servidores ativos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, na competência de odontólogo, quando realizarem procedimentos cirúrgicos relativos à sua especialidade, no valor equivalente a 30 (trinta) pontos da gratificação prevista no art. 5º da Lei nº 16.160, de 2013, vigente na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o *caput* deste artigo:

I - será devida nos afastamentos por motivo de saúde própria, do cônjuge ou de pessoa da família com parentesco de primeiro grau, gestação, férias e licença-prêmio, considerando-se a média aritmética dos valores percebidos nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao afastamento;

II - não sofrerá a incidência de qualquer adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina e o terço constitucional de férias; e

III - terá como competência o mês de processamento dos procedimentos, a partir de maio de 2014, e será incluída na folha de pagamento do segundo mês subsequente.

Art. 16. O artigo 7º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º As atividades de ensino do servidor admitido em caráter temporário serão remuneradas por hora-aula.

§ 1º A hora-aula terá o seu valor calculado com base no valor do subsídio do soldado de 1ª classe da seguinte forma:

I - 0,581% (quinhentos e oitenta e um milésimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Médio;

II - 0,930% (novecentos e trinta milésimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Superior;

III - 1,221% (um inteiro e duzentos e vinte e um milésimos por cento), sendo professor detentor de título de Especialista;

IV - 1,454% (um inteiro e quatrocentos e cinquenta e quatro milésimos por cento), sendo o professor detentor de título de Mestre; e

V - 2,035% (dois inteiros e trinta e cinco milésimos por cento), sendo professor detentor de título de Doutor.

.....” (NR)

Art. 17. Até a implantação do subsídio dos militares estaduais, a hora-aula do servidor admitido em caráter temporário terá o seu valor calculado com base no valor do soldo do Soldado PM de 1ª Classe, da seguinte forma:

I - 1% (um por cento) para os docentes de nível médio;

II - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) para os docentes graduados;

III - 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) para os docentes pós-graduados em nível de especialização;

IV - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para os docentes pós-graduados em nível de mestrado; e

V - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para os docentes pós-graduados em nível de doutorado.

Parágrafo único. Ficam convalidados os pagamentos de hora-aula efetuados até a data de publicação desta Lei.

Art. 18. Aos militares estaduais ativos, lotados e em efetivo exercício nos gabinetes do Governador e do Vice-Governador do Estado, é devido o pagamento de indenização no valor equivalente ao da gratificação instituída pela Lei nº 13.758, de 22 de maio de 2006, vigente na data de publicação desta Lei até a integralização do pagamento da remuneração pelo sistema de subsídio de que trata a Lei Complementar nº 614, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 19. Os valores das retribuições, das gratificações e das vantagens de que trata esta Lei absorvem eventuais reajustes que vierem a ser concedidos em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 20. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 06 de agosto de 2014.

MARCOS VIEIRA

Deputado Relator na Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 00197, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Cria cargos de Analista Financeiro do Tesouro Estadual, Classe IV, na Carreira de Gestor Público, na Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 1º Ficam criados 8 (oito) cargos de Analista Financeiro do Tesouro Estadual, Classe IV, na Carreira de Gestor Público, na Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala da Comissão

Deputado Antonio Aguiar

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 224.4/2014

Institui a Semana Estadual de Adoção e Posse Responsável de Animais, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Adoção e Posse Responsável de Animais, no Estado de Santa Catarina, a ser comemorada na primeira semana de outubro, em consonância com o dia 4 de outubro, Dia de São Francisco de Assis.

Parágrafo único. A Semana Estadual de que trata o *caput* deste artigo passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 2º A Semana Estadual de Adoção e Posse Responsável de Animais tem como objetivo a conscientização e reflexão, visando ao respeito, carinho e responsabilidade com os animais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Sandro Silva

Lido no Expediente

Sessão de 06/08/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo, que dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de Adoção e Posse Responsável de Animais, no Estado de Santa Catarina.

O objetivo dessa proposição é de esclarecer e buscar disseminar a importância da conscientização sobre o respeito, carinho e responsabilidade que devemos ter com todos os animais.

A intensa convivência entre o ser humano e os animais de estimação não tem sido acompanhada de posturas de posse responsável, que é a condição na qual o guardião de um animal de companhia aceita e compromete-se a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente.

Ao contrário, o ser humano ao tender à antropomorfização não tem respeitado o funcionamento biológico e fisiológico do animal, prejudicando sua saúde e a integração harmoniosa com a

sociedade. Dentre os animais de estimação, cães e gatos são geralmente os de eleição, estando presentes em grandes contingentes dos lares.

Aos interessados em conviver com animais de estimação compete assumir o compromisso ético com sua comunidade de desenvolver e manter hábitos e posturas de promoção e preservação da saúde, do meio ambiente e do bem-estar animal, além do dever do cumprimento da legislação vigente, pois a posse de um animal pressupõe a obrigação da sua manutenção apropriada. A posse responsável traduz o exercício consciente da cidadania, educação e os hábitos culturais de uma sociedade.

O comprometimento com a posse responsável não deve ser restrito apenas aos proprietários. É fundamental que os profissionais das mais diversas formações, sobretudo aquelas que envolvam saúde e educação, também estejam comprometidos em disseminar e encorajar a adoção de posturas de adoção e posse responsável, contribuindo para a mudança de atitudes e práticas.

Sendo matéria de relevante interesse da sociedade catarinense, conto com o apoio desta Assembleia Legislativa para a aprovação da presente proposição.

Deputado Sandro Silva

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 225.5/2014

Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre o Controle Populacional Animal, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização sobre o Controle Populacional Animal, no Estado de Santa Catarina, a ser comemorada na segunda semana de março, em consonância com o dia 14 de março, Dia Nacional do Animal.

Parágrafo único. A Semana Estadual de que trata o *caput* deste artigo passa a integrar no calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 2º A Semana Estadual de Conscientização sobre o Controle Populacional Animal tem como objetivo a promoção de iniciativas, visando à educação sobre guarda responsável e medidas de controle da reprodução de animais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sandro Silva

Lido no Expediente

Sessão de 06/08/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente projeto de lei, que dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de Conscientização sobre o Controle Populacional Animal, no Estado de Santa Catarina.

O objetivo dessa proposição é esclarecer e buscar difundir a importância da conscientização sobre a responsabilidade que devemos ter com os animais, visto que nos últimos anos o abandono de animais domésticos vem crescendo muito. No Brasil estima-se que 25 milhões de animais vão parar nas ruas a cada ano, sendo que até 27% destes são cães de raça. Desses total, 9 milhões de animais, em média, morrem nas ruas de doenças, fome, ferimentos ou outros perigos presentes na vida de rua. Muitos são cães perdidos ou simplesmente abandonados por seus donos. Os restantes 16 milhões são mortos por falta de espaço em abrigos ou canis. Quase 50% dos animais que ingressam nos canis são trazidos por seus próprios donos.

Como consequência do abandono, há a questão da elevada densidade populacional de animais de companhia errantes, formando contingentes incalculáveis nas ruas das grandes cidades, e um dos principais problemas oriundos da superpopulação desses animais decorre de eles estarem expostos a todo o tipo de doenças, sendo vítimas de várias zoonoses, constituindo um sério problema de saúde pública nas cidades.

Devemos sempre lembrar que não basta alimentar, é preciso oferecer os cuidados necessários para a saúde dos animais, pois o Brasil possui a segunda maior população de animais domésticos do mundo. Os conceitos de saúde e meio ambiente só se consolidam quando aliado, principalmente, à educação. Faixas, entrevistas, blitz e divulgação no transporte coletivo são também algumas ações que podem ser adotadas no intuito de conscientizar a população que, muitas vezes, adquire animais e com o passar do tempo os abandonam.

A atuação das ONGs tem sido fundamental no combate à superpopulação e em defesa dos animais. Elas desenvolvem trabalhos combatendo a prática do abandono de animais e os maus-tratos e defendem a necessidade da esterilização de cães e gatos, organizando eventos educativos para discutir a questão e atuando na defesa jurídica dos interesses dos bichos. Também contam com o apoio de veterinários que fazem procedimentos cirúrgicos e esterilização a preços sociais, porém, isso não é o suficiente.

Sendo matéria de relevante interesse da sociedade catarinense, conto com o apoio desta Assembleia Legislativa para a aprovação da presente proposição.

Deputado Sandro Silva

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 226/14

Declara de utilidade pública a Poly Associação Empresarial de Ajuda a Criança e Adolescente, de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Poly Associação Empresarial de Ajuda a Criança e Adolescente, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Daniel Tozzo

Lido no Expediente

Sessão de 06/08/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Poly Associação Empresarial de Ajuda a Criança e Adolescente, também denominada Instituto Grupo Poly, com sede no Município de Itajaí.

Em virtude da relevância dos propósitos em que se pauta a referida Associação, que tem por finalidade a promoção da cultura, da educação, da saúde, do voluntariado, da assistência social, ambiental e desportiva, bem como o desenvolvimento econômico e social, em projetos voltados ao benefício de crianças e adolescentes da cidade de Itajaí, conforme o disposto em seu Estatuto, solicito o acolhimento da presente proposição para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

Deputado Daniel Tozzo

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 227.7/14

Altera o art.1º. da Lei n. 4.330 de 5 de julho de 1969, que declara de utilidade pública a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, com sede na cidade de Corupá e foro na comarca de Jaraguá do Sul.

Art. 1º O artigo 1º. da Lei no. 4.330, de 5 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, com sede no município de Corupá"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 06/08/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências o proposta de lei que atualiza denominação social da então "Escola Apostólica do Sagrado Coração de Jesus", em atenção à interesse da entidade.

Vale frisar, quando da propositura e sanção da Lei 4.330, de 5 de julho de 1969, a entidade exercia suas atividades sob a razão social Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, adotando, no município de Corupá, duas denominações "Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus" e Seminário Sagrado Coração de Jesus, ambas "nome fantasia"

Contudo, por um lapso ou preferência na apresentação dos documentos, cujo rol não era o descrito na atual Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010, preferiu-se declarar de utilidade pública o nome fantasia,

em lugar da razão social registrada no antigo Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), atual Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

Vale frisar, que há inúmeras declarações emitidas por autoridades eclesiásticas, judiciárias, executivas municipais, estaduais, que ora se fazem anexar, atestando que ambas as denominações - Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus e Seminário Sagrado Coração de Jesus - eram utilizadas pela entidade, sendo, contudo, Congregação dos Padres Sagrado Coração de Jesus, aquela que desde o início é a única existente para efeitos legais, com sede no Município de Corupá, e que em razão dos trabalhos prestados à comunidade local, merece seja mantida a utilidade pública, ajustando-se, apenas a razão social, como ora se propõe.

A razão social erroneamente utilizada no passado não deve prejudicar o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, uma vez que cabe ao legislador buscar a interpretação finalística da lei. *In casu*, aquela que, pretendendo declarar de utilidade pública uma entidade existente no mesmo endereço e com o mesmo CNPJ, acabou por utilizar seu nome fantasia, distorção que merece ser afastada, cumprindo-se o comando constitucional insculpido no inciso XXXVI do art. 5º. da Constituição Federal

Solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa continuar a usufruir dos direitos previstos na legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 228.8/2014

Reconhece o município de Xaxim como a Capital Catarinense do Frango

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Xaxim como a Capital Catarinense do Frango.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 06/08/14

JUSTIFICATIVA

A presente proposição vem reconhecer a importância do município de Xaxim para o estado de Santa Catarina, no tocante à criação do frango, bem como a importância desta atividade para aquela municipalidade.

A história de Xaxim com a avicultura iniciou ainda nos anos 50. Mais tarde, por volta da década de 70 começaram os abates. De lá para cá, o município se consagrou pela criação de frangos, inclusive com a instalação de frigoríficos de renome nacional e internacional. Além de ser um dos maiores produtores e exportadores de frango do país, Xaxim também contribui para o país seja o terceiro maior produtor da carne de frango por habitante.

Isto posto, nada mais justo que o reconhecimento, por este arlamento, da condição de Capital Catarinense do Frango ao município de Xaxim

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/0020.0/2014

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 281, de 2005.

Art. 1º O inciso VII do art. 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º
.....
.....

VII - o aluno economicamente carente, com deficiência ou que tiver atestada a sua invalidez permanente, receberá bolsa de estudo ou de pesquisa para o pagamento integral das mensalidades." (NR)

Art. 2º O art. 3º da Lei Complementar nº 281, de 2005, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 3º Ao aluno com deficiência ou que tiver atestada a sua invalidez permanente não serão aplicados os efeitos da alínea "f" do inciso I deste artigo, desde que a sua primeira graduação não tenha sido custeada por meio da assistência financeira prevista no art. 170 da Constituição Estadual."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/14

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento a presente proposição, que visa alterar dispositivos da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, a qual "Regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providências".

O art. 2º da Lei Complementar acima mencionada estabelece os critérios para a concessão das bolsas de estudo e bolsas de pesquisa aos alunos economicamente carentes. Dentre os critérios estabelecidos, o inciso VII prevê que "o aluno economicamente carente, portador de deficiência física ou que tiver atestada a sua invalidez permanente, receberá bolsa de estudo ou de pesquisa para o pagamento integral das mensalidades".

Por sua vez, o art. 3º, inciso I, alínea "f", exige a comprovação de "ser a primeira graduação de nível superior cursada pelo aluno, desconsideradas para esse fim as de licenciatura curta".

Além de substituir a expressão "portador de deficiência física" por "com deficiência" no texto legal (art. 2º), uma vez que a primeira não mais é utilizada, a presente medida objetiva, também, corrigir a injustiça imposta ao aluno com deficiência ou que tiver atestada a sua invalidez permanente.

O "princípio da igualdade" pressupõe que pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual. É a máxima do direito que diz: "dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades".

Diante disso, elenca-se os seguintes motivos que nos levaram a apresentar a alteração ora justificada:

a) da restrição às pessoas com deficiência que possuem diploma de ensino superior, em obter o benefício de que trata a presente Lei:

De acordo com informações prestadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Estado de Santa Catarina registrou, em 2010, o índice de 13 a 13,9% de casos de deficiência.

Logo, o disposto na legislação em tela vem atingindo muitos alunos com deficiência que foram beneficiados com bolsas integrais para cursar o ensino superior. Ocorre que mesmo com esse auxílio prestado pelo Estado, o aluno com deficiência tem grandes dificuldades no que tange à inserção no mercado de trabalho.

Assim, os alunos com deficiência precisam ser auxiliados para aprimorar sua formação. Afinal, não se pode imaginar que a pessoa com deficiência que possui curso superior encontre-se em igualdade de condições em relação àquela que cursou a faculdade e não possui deficiência.

Pensar que o simples fato de ter nível superior garanta ao deficiente o acesso ao mercado de trabalho e lhe dê condições de levar uma vida conforme o princípio da dignidade humana não é coerente com a verdade.

b) da acessibilidade, mobilidade e condições das instituições para receber os alunos com deficiência:

Observa-se que ao passo que o Estado proveu condições para que o aluno com deficiência recebesse auxílio financeiro integral para poder cursar o ensino superior, não houve política que tornasse os ambientes universitários preparados para recebê-lo.

Não é difícil buscar nas estatísticas os diversos contemplados com a bolsa integral prevista no art. 170 da Constituição Estadual que não concluíram o curso no qual se inscreveram.

Seria isso prova de que o aluno com deficiência não quer estudar e, mesmo tendo tamanha oportunidade provida pelo Estado de Santa Catarina, não teria dado valor a esse benefício sem se dedicar para concluir a graduação? Ou será que esse fato decorre das dificuldades de adaptação das unidades de ensino superior que não foram devidamente preparadas para recebê-los, sem lhes garantir rampas de acesso, material para deficientes visuais e auditivos, ou mesmo pessoas capacitadas em educação especial?

Registre-se, ainda, que esse aluno com deficiência que não pôde concluir sua graduação pelas razões acima elencadas não tem direito de se beneficiar novamente da assistência financeira prevista na Lei Complementar 281/2005.

c) os alunos com deficiência que fizeram uma primeira graduação às suas expensas:

Muitos alunos com deficiência arcaram com os custos do primeiro curso superior de graduação, por meio de financiamentos (como o FIES) ou mesmo em universidades públicas, sem usufruir do benefício em comento.

Portanto, na busca da melhor qualificação para o competitivo mercado de trabalho, o aluno com deficiência não poderá se beneficiar da bolsa de que trata o art. 170 da Constituição Estadual, uma vez que já possui curso superior, ainda que não custeado pela referida bolsa.

d) da cobertura territorial das Universidades Públicas:

O Estado de Santa Catarina, assim como os demais Estados da Federação, não conta com universidades públicas em toda a sua extensão territorial, salvo em grandes centros urbanos.

Se contassem com *campus* universitário público próximo à localidade em que vivem, talvez as pessoas com deficiência pudessem estudar às expensas do Estado, sem que se entrasse no mérito da bolsa integral de que trata a Lei aqui discutida.

Ademais, ressalte-se que, mesmo nas instituições públicas, o ingresso precisa ser feito por meio de aprovação em vestibulares, o qual é mais acessível àqueles que, em razão da melhor condição de vida, puderam estudar em escolas que os prepararam com mais qualidade.

É claro que as pessoas de melhor condição financeira também são cidadãs e merecem, em razão de seu esforço, passar no vestibular, cursando universidades de qualidade e com estrutura provida pelo poder público.

Todavia, a oferta de vagas não diminui o abismo social. E não se pode esquecer que qualquer cidadão aprovado no concurso vestibular pode cursar um ou mais cursos em universidade pública, desde que não concomitantemente.

Sendo assim, por que aquela pessoa com deficiência, que muitas vezes já arcou com as despesas de seus estudos, o que, aliás, segundo a CF/88 é uma obrigação do Estado, não pode ser contemplada com bolsa para aprimorar seus conhecimentos e, assim, colaborar para que o Brasil seja um país em que a educação de qualidade alcance a todos?

e) pessoas com deficiência que poderiam formar pessoas com deficiência:

Talvez esta poderia ser a tônica do pensamento da oferta de bolsas integrais às pessoas com deficiência: um país em que a pessoa com deficiência, alcançada pelos investimentos do Estado, dê sua contribuição como professor, tutor, auxiliar ou até mesmo acompanhante na formação de outra pessoa com deficiência.

Afinal, essa pessoa com deficiência já teria convivido com as dificuldades inerentes à sua condição, reunindo, assim, como professor, tutor, auxiliar ou acompanhante, meios de melhor contribuir na formação daquele aluno com deficiência.

f) Cotas em concurso públicos versus investimentos em formação da pessoa com deficiência:

A Constituição Federal prevê, de acordo com o art. 37, VIII, regulamentado pela Lei 7.853/1999 e os Decretos 5.296/2004 e 3.298/1999, que de 5% a 20% das vagas em editais de concursos públicos sejam reservadas à pessoa com deficiência.

Vale a pena ressaltar que a Carta Magna deixa livre para que o órgão que oferece as vagas no seu quadro efetivo utilize-se desta faixa que é de, no mínimo, 5%. Obviamente, que na maioria dos concursos, em todo o País, não se vê nada além do mínimo de 5% das vagas.

Vejamos: as pessoas com deficiência já partem na empreitada com dificuldades, não bastassem as já impostas pela própria deficiência, visto que as leis que lhes facultam reserva de vagas não fixam percentual determinado.

Além disso, de nada adianta reservar as vagas dos concursos se a oportunidade for um mero cumprimento da Lei, sem que se possa dar à pessoa com deficiência a capacidade de ao menos ter uma formação que lhe possibilite ser aprovado nos certames, embora saiba-se que, pelas vagas reservadas, haverá concorrência entre as pessoas com deficiência.

E, mais uma vez, entra o papel do Estado, que precisa auxiliar a pessoa com deficiência a trilhar o seu caminho, no sentido de capacitá-la cada vez mais.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar

*** X X X ***